



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - II SIES

Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares

28, 29 e 30 de abril de 2011

MARINGÁ - PR



ISSN 2177-1111
www.sies.uem.br

HOMENS QUE CUIDAM: UM ESTUDO SOBRE MASCULINIDADES EM CONTEXTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Robson Gibim
Universidade Estadual de Maringá

Patrícia Lessa
Universidade Estadual de Maringá

*Toda criança quer
Toda criança quer crescer
Toda criança quer ser um adulto*

*E todo adulto quer
E todo adulto quer crescer
Pra vencer e ter acesso ao mundo*

*E todo mundo quer
E todo mundo quer saber
De onde vem
Pra onde vai
Como é que entra
Como é que sai
Por que é que sobe
Por que é que cai
Pois todo mundo quer...*

Péricles Cavalcanti
“Toda Criança Quer”
In: Pé com Pé

Resumo:

Esse artigo é fruto de uma pesquisa em andamento realizada para o trabalho de conclusão do curso de Pedagogia. Visa estudarmos as relações de gênero no ensino infantil, no sentido de se confrontar com o poder hegemônico inscrito na divisão do trabalho em masculino e feminino, para ricos e pobres, e de entender que ele próprio é constituído das relações históricas dos homens e das mulheres. Nosso objetivo com o presente artigo é problematizar uma questão já levantada por Sayão, “*Homens, numa função de gênero feminino?*”. Para tal, vamos a seguir e num primeiro momento, apresentar alguns aspectos da categoria ‘Masculinidades’ em suas relações com o (Não) Trabalho, em seguida discutiremos como àquelas tem produzido narrativas e trajetórias no terreno do cuidado e educação de crianças pequenas, sejam em ambientes

domiciliares ou institucionais (creches), configurando-se como possibilidade de deslocamentos do poder hegemônico. O trabalho é fruto de um levantamento bibliográfico e os resultados são parciais.

Introdução:

Recentemente divulgada por Ramik (2011) do Portal Todos pela Educação, a notícia de que no Brasil a cada 10 professores da educação básica 8 são mulheres confirma com dados oficiais do Ministério da Educação Brasileiro a suposição de que existe um processo amplo e significativo de expansão do trabalho das mulheres (ANTUNES e ALVES, 2004; BARKER, 2010). Quando se trata do universo educacional de crianças pequenas os dados são ainda mais impressionantes: nas Creches 97, 9% das docentes são mulheres, enquanto 2,1% dos docentes são homens; na Educação Infantil 97% do quadro docente é formado por professoras e em Pré-Escolas o índice pouco se altera – apenas 3,9% dos professores são homens.

Para além de uma noção binária de divisão sexual do trabalho, em que os homens estão inseridos em atividades profissionais produtivas (para fora/pública) ou aquelas de capital intensivo e/ou de que as mulheres estão mais destinadas a trabalhos reprodutivos (para dentro/privado) caracterizados pelo trabalho doméstico, cuidados com a prole e pela prestação de serviços; postulamos a noção de que a educação e o cuidado infantil são constructos culturais e sociais.

Interessa enaltecer o caráter relacional do gênero e verificar se as práticas cuidadoras/educadoras exercidas por adultos homens para com crianças pequenas engendram uma perspectiva de desconstrução da norma regulatória de gênero que,

É a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura regulatória altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (TAGLIAMENTO e TONELI, 2010, p. 352 apud BUTLER, 2003, p.59).

Ao estudamos as relações de gênero no ensino de crianças pequenas, no sentido de se confrontar com o poder hegemônico (concebido através do modelo que privilegia os homens ricos, brancos, heterossexuais e ocidentais) e de entender que ele próprio é constituído das relações históricas dos homens e das mulheres, Joan Scott (1995) nos brinda com seu consagrado texto: “Gênero, uma categoria útil de análise histórica”, ao

ênfatizar todo o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é determinado pelo sexo nem determina a sexualidade, permitindo concentrar nossos esforços mais propriamente nos estudos das Masculinidades do que na História das Mulheres, em que pese aí seu caráter relacional. Além disto, nos aproximamos de sua definição de Gênero ao expressar seu conteúdo social e simbólico (dois aspectos inter-relacionados), que nos permite re-significar as relações de poder: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o Gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Na mesma perspectiva e de grande relevância e repercussão para o campo pesquisado é o trabalho de Deborah Thomé Sayão (2005), intitulado: “Relações de Gênero e Trabalho Docente na Educação Infantil: Um Estudo de Professores em Creche”, que buscou nas narrativas e trajetórias masculinas de profissionais de Creche os elementos para a compreensão dos “fantasmas” que açoitam homens e mulheres ao cuidarem da higiene e do corpo dos “pequeninhos” e poderemos verificar mais adiante que as diferentes Masculinidades desenvolviam bem tais funções e que a “dupla presença” ampliou as concepções de professores. Por se tratar de um “divisor de águas” nos estudos de Gênero em Educação Infantil abordaremos mais precisamente estas questões no decorrer do trabalho.

Nosso objetivo com o presente artigo é problematizar uma questão já levantada por Sayão (2005, p. 46), “*Homens, numa função de gênero feminino?*” Num primeiro momento se faz necessário caracterizar a categoria ‘Masculinidades’ em suas relações com o (Não) Trabalho, em seguida discutiremos como àquelas tem produzido narrativas e trajetórias no terreno do cuidado e educação de crianças pequenas, sejam em ambientes domiciliares ou institucionais (creches), configurando-se como possibilidade de deslocamentos do poder hegemônico.

1. Masculinidades e (Não) Trabalho: em defesa de uma política de equidade de Gênero

Rosa (2009) nos adverte da necessidade teórica em designar a categoria por Masculinidades (no plural) ao invés de Masculinidade (no singular) já que aquele

consubstancia o desmonte da representação social da masculinidade hegemônica; a dissolução do binarismo masculino x feminino e suas noções naturalizantes; a emergência dos mais distintos modelos identitários masculinos e suas nuances políticas. Ao atribuir às masculinidades um sentido amplo, plural e multifacetado, o autor assume uma posição de hibridização das diferentes condutas e trajetórias que interagem entre si,

Será necessário também pensar em vivências diferenciadas inclusive para um mesmo agente, ou seja, uma variação na expressão dos modos de ser masculino de acordo com suas diferentes interações. Evidentemente, alguns agentes, em função de suas posições sociais, terão mais possibilidade de trânsito que outros, o que explicaria uma maior gama de vivências masculinas. Isso tornaria compreensível os predicados culturais contraditórios que compõem o leque de descrições para uma vivência masculina (hegemônica, subordinada, predatória, responsável, etc) e suas possibilidades de expressões diferentes de modo de ser masculino no mesmo agente (ROSA, 2009, p.55 apud OLIVEIRA, 2004, p. 278-279).

Por outro lado, é relevante demarcar que vivemos num tempo de relações líquidas, inconstantes, virtuais e descartáveis, cada vez menos vinculares, que conferem ao modelo hegemônico das masculinidades força e disposição para aprofundar as desigualdades de gênero e perpetuar a noção normatizadora e naturalizada de que as diferenças dentro do próprio gênero devam ser oprimidas, como é o caso dos gays e dos diferentes sujeitos da classe explorada – a classe trabalhadora.

Muito significativa é a síntese teórica que Grossi (2004) produziu em torno de sua apresentação em Congresso de Estudos de Gênero sobre Masculinidade realizado na cidade de Recife em 2001, que é substancial em caracterizar alguns elementos da realidade cultural brasileira. A autora retoma o trabalho de Claudia Fonseca, “Cavalo Amarrado também pasta”, para explicar que o modelo tradicional de relações amorosas em que o homem traído “pode matar para defender sua honra” é facilmente manipulado pelas mulheres, já que são elas que podem ou não colocar a “honra” do parceiro em risco caso este não cumpra seu papel provedor. Segundo a autora, também é possível identificar no Brasil um modelo que transforma a mulher em “sagrada”, associada à imagem da Virgem Maria e a gestação primípara (primeira gravidez da mulher), permitindo aos homens procurarem prostitutas ou prostitutos, porque assim entendem que “respeitam” suas companheiras.

Além das questões da virilidade e da honra, diversos autores (BARKER, 2010; GROSSI 2004; SAYÃO, 2005; TAGLIAMENTO e TONELLI, 2010) apontam que o discurso de que o homem adulto precisa ter um trabalho estável para se galgar o principal provedor de sua família é uma questão central para compreendermos as Masculinidades. Contudo, raríssimos estudos têm se ocupado dos impactos causados pelo desemprego entre os homens em virtude da automatização e informatização do trabalho ou mesmo de como os homens idosos (aposentados ou não) e os jovens que parecem prolongar sua presença no núcleo familiar de origem desestabilizam ou re-significam o modelo hegemônico.

As relações de trabalho passam por mudanças profundas e significativas que se caracterizam basicamente em: retração do binômio taylorismo/fordismo em detrimento da racionalização toyotista; transnacionalização dos capitais, ou seja, uma mesma corporação pode atuar de forma combinada em qualquer lugar do mundo; flexibilização dos direitos trabalhistas; a expansão dos “setores de serviços”; a automatização e desconcentração do processo produtivo em consonância com a teleinformática, tecnologias da informação e a microeletrônica; o crescimento estrutural do desemprego que atinge diretamente jovens, idosos e demais setores produtivos e nos interessa ressaltar a expansão do trabalho assalariado feminino, que não têm se revertido em melhores níveis de salários ou em condições sociais e de trabalho mais dignas.

Dentre as reivindicações dos movimentos feministas destacamos a luta por salários iguais em funções iguais e o combate à “dupla jornada” ao exercerem o trabalho doméstico e de cuidado dos filhos em concorrência com o trabalho assalariado. Barker (2010) entende que a expansão feminina ao mercado formal e informal de trabalho não conferiu às mulheres empoderamento econômico e social, na medida em que as políticas públicas de geração e transferência de renda são cegas quando se tratam da equação masculinidade e trabalho, ao não perceberem os homens como cuidadores das crianças e da casa. O autor postula que não podemos caminhar para a equidade do gênero quando a “dupla jornada” é perpetuada pelos homens ao passo que as políticas públicas não contemplam o conjunto das Masculinidades no que se refere à questão do (Não) Trabalho,

Pesquisas mostram que mulheres cumprem uma parcela desproporcional em atividades relacionadas ao cuidado ao redor do

mundo, incluindo trabalho doméstico e cuidado infantil, limitando assim seu potencial para receber renda e perpetuando a desigualdade de renda entre homens e mulheres. Por exemplo, dados globais sugerem que mulheres gastam de duas a quatro vezes a quantidade de tempo dos homens no cuidado infantil. Um estudo multinacional incluindo países de baixa, média e alta renda afirmou que o tempo médio gasto em trabalho não remunerado por mulheres é mais do que duas vezes aquele dos homens, alcançando cerca de 10 vezes no caso da Índia e de outros contextos de baixa renda. Do mesmo modo, evidências substanciais da América Latina e do Caribe mostram que os homens ainda não dividem o trabalho doméstico e atividades não remuneradas de cuidado (mesmo quando eles vivem nos mesmos lares com suas parceiras) ainda que a participação das mulheres no mercado de trabalho assalariado tenha aumentado dramaticamente na região enquanto a de homens tenha estagnado ou declinado. Em outras palavras, na maior parte do mundo, mulheres estão progressivamente ganhando renda fora de suas casas, tanto nos setores formais quanto informais, mas elas (ou outras mulheres ou garotas nos lares) continuam a cumprir com os maiores fardos de cuidado com outros membros familiares, crianças, doentes ou inválidos, e membros da comunidade que necessitam de cuidado (BARKER, 2010, p. 129-130).

Se os homens estão com dificuldade de se inserirem ao mercado formal de trabalho e mesmo assim negam-se em assumir os cuidados com os filhos e com a casa, não é somente porque pensam que sejam funções do gênero feminino, mas, sobretudo, pelo fato de que não dispomos de políticas públicas de geração e transferência de renda que enxerguem as diferentes masculinidades e seus distintos contextos, como àquelas que estão em situação de desemprego. Por que um homem não pode trabalhar numa creche ou receber recursos públicos para cuidar de seus filhos em casa? Ainda que não tivéssemos nenhum relato ou narrativa de tais experiências (o que não é o nosso caso), teríamos razões de sobra pra investigarmos os desdobramentos do descuido masculino em relação às crianças pequenas e à casa, já que o nosso sentido é o de suprimir com as desigualdades sociais de gênero e propormos alternativas políticas que permitam as diferentes feminilidades e masculinidades se realizarem completamente.

2. Cuidar de Crianças Pequenas: a quem pode assustar este “fantasma”?

Elisabeth Badinter (1985) em seu clássico estudo “Um Amor Conquistado: o

Mito do Amor Materno” foi uma das precursoras em discutir que a atividade de “maternar” depende muito mais de fatores sociais e culturais do que propriamente da “capacidade” ou de “habilidades inatas” das mulheres. Através de diferentes registros históricos, a autora evidenciou entre as aristocratas francesas do século XVIII a prática de contratar amas-de-leite em detrimento de seu desinteresse pela infância, do padrão de beleza ou mesmo da posição social, já que “amamentar o próprio filho equivalia a confessar que não se pertencia à melhor sociedade” (BADINTER,1985, p.96).

Este “fantasma” que envolve o cuidado aos “pequeninhos” não assombrou somente aos franceses. Sayão (2005) demonstrou como o recente debate iniciado na década de 80 no Brasil, que criticou a função da pré-escola como preparatória da escola e ao mesmo tempo, a visão que enxergava na creche o lugar de “guarda”, puramente compensatória ou assistencial, foi relevante em re-significar e definir noções de cuidado e educação entre os profissionais de educação infantil.

Muitos dos impasses percebidos por Sayão (2005) se referem à idéia de cuidar da higiene, do corpo, da alimentação, da afetividade de crianças como um tabu, que revela em si seu caráter profano e que reduz o significado profissional e educativo a um trabalho “sujo”. A falsa polarização entre cuidado e educação nos remete à idéia de que, para cuidar de crianças pequenas como as escravas brasileiras o fizeram não é necessária a melhoria dos níveis de educação, nem ações e políticas que visam à qualificação e formação de professores.

Cuidar do corpo, da higiene ou da afetividade das crianças pequenas é parte essencial do processo educativo e humano, e tal função pode ser desempenhada por homens. Sayão (2005) verificou entre algumas mulheres pesquisadas a concepção de que o contato corporal entre crianças pequenas e homens adultos seja um problema para as famílias. Podemos observar que mesmo entre as próprias profissionais de educação infantil o modelo hegemônico incorpora o binarismo da divisão sexual do trabalho, permitindo que às mulheres estejam reservadas ao cuidado e atenção ao corpo e para os homens o trabalho educativo, como os de coordenação pedagógica e administração,

No entanto, o professor João, em sua entrevista, esclareceu que as poucas mães que demonstravam desconfiança e que tentavam impedir que ele trocasse as fraldas ou desse banho nas crianças, eram estimuladas pela diretora que declarava ser radicalmente contra seu ingresso na creche tendo designado-o para o maternal onde estavam as

crianças bem pequenas, exatamente para que ele desistisse e retornasse para a secretaria de Educação – local onde exercia suas funções anteriormente (SAYÃO, 2005, p.188).

Fica evidente que o professor citado obteve sucesso em seu “ritual de passagem” pelo maternal, seja por ter estabelecido uma relação de “confiança moral” com os familiares das crianças, ou ainda, pela disposição que as mulheres daquela instituição tiveram em deixá-lo aprender, mesmo que ali constassem interesses e práticas representadas pelo discurso hegemônico. Ao não combatermos o “fantasma” que assombra os educadores infantis todos somos *perdedores*: as mulheres, os homens e os “pequeninhos”.

É de fundamental importância compreender que a “dupla presença” dos homens em educação infantil (combinada pela atuação em Casa e na Creche) dilui com a norma reguladora de gênero que define o privado como um espaço feminino e o público como masculino, considerando que são instâncias imbricadas, já que “a experiência com a paternidade legítima e respalda ações docentes” (SAYÃO, 2005, p. 197). Ao entender que a paternidade amplia os horizontes e as concepções de professores a autora não transpõe para o terreno profissional as experiências domésticas de maneira estanque e automática, mas procura re-significar as vivências e narrativas masculinas como uma experiência construída coletivamente e em oposição ao modelo que preconiza a educação e o cuidado infantis como uma função exclusivamente feminina.

Referências:

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As Mutações no Mundo do trabalho na Era de Mundialização do Capital. **Educ. Soc.**, v. 25, n. 87, Campinas, mai./ago. 2004, p. 335 – 351.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado**: o Mito do Amor Materno. 2. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARKER, Gary. Trabalho não é tudo mais é quase tudo: homens, desemprego e justiça social em Políticas Públicas. In: MEDRADO, Benedito; LYRA, Lyra; AZEVEDO, Mariana; BRASILINO, Jullyane. (orgs.) **Homens e Masculinidades**: Práticas de Intimidade e Políticas Públicas. Recife: PAPAÍ, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.



GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: Uma Revisão Teórica. **Antropologia em Primeira Mão**. Revista do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, n. 1. Florianópolis: UFSC/PPGAS, 2004.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A Construção Social da Masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

RAMIK, Simone. **Brasil: 8 em cada 10 professores da educação básica são Mulheres**. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/>>. Acesso em: 25/03/2011.

ROSA, Rogério Machado. **Corpos Híbridos na Docência: Experiências, Narrativas de Si e (Des) Construção das Masculinidades no Magistério**. Florianópolis: Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, 2009.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Relações de Gênero e Trabalho Docente na Educação Infantil: Um Estudo de Professores em Creche**. Florianópolis: Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2. Porto Alegre, jul./dez. 1995, p. 71-99.

TAGLIAMENTO, Grazielle; TONELI, Maria Juracy F. (Não) Trabalho e Masculinidades produzidas em Contextos Familiares de Camadas Médias. **Psicologia & Sociedade**. Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, v. 22, n. 2. Florianópolis, mai./ago. 2010, p. 345 – 354.